

Para o município conseguir financiamento para construir escolas, creches, postos de assistência médica ou hospitais (o que obtém através do FAS, Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, administrado pela Caixa Econômica Federal) ou para canalizar um córrego, ou ainda para abrir uma avenida do tipo da Bandeirantes, que fica ao longo do córrego da Traição (com recursos do BNH, Banco Nacional de Habitação), leva atualmente de 11 meses — no mínimo — até cerca de três anos. Um tempo excessivo em função da importância dessas realizações e melhoramentos. Além disso, são muitas as dificuldades de financiamento das quais o município não pode abrir mão, se quiser manter um nível razoável de investimento.

São financiamentos pagos a longo prazo (de 10 a 13 anos), sem o que nos dois primeiros anos só é feito o pagamento dos juros. E no caso de serem obtidos através do FAS, a vantagem, para o município, é ainda maior, já que se trata de única fonte de recursos que tem um custo relativamente baixo: a correção monetária é subsidiada. Ou seja, dependendo do investimento, a Caixa Econômica Federal deflaciona a correção através de uma porcentagem da variação anual do GRTN (a que quer dizer que, nestes casos, nunca é cobrada a correção monetária plena).

O assessor-chefe da Secretaria das Finanças, Washington Martins, explica que o caminho para se obter um financiamento é "longo e espinhoso demais". A proposta de financiamento para a construção de uma escola, por exemplo, além de ser submetida ao órgão financiador, também precisa receber a aprovação — direta ou indiretamente — das maiores autoridades da área econômica do governo federal: diretoria do Banco Central do Brasil; Secretaria do Planejamento da Presidência da República; Conselho Monetário Nacional; Presidência da República e, na área legislativa, Senado Federal.

Então, um pedido de financiamento tem que passar por dez fases — algumas imprevisivelmente demoradas — para que se chegue à aprovação final. E isso traz enormes inconvenientes para o município. Muitas vezes, por exemplo, a proposta é feita por uma determinada administração, mas só é aprovada na próxima — que pode ter outras prioridades ou até não concordar com aquele projeto. Ou, ainda, a linha de financiamento deixa de ser considerada prioritária pelo próprio órgão financiador. De qualquer maneira, perde-se tempo, trabalho e, conseqüentemente, dinheiro. Por outro lado, é de se supor que até para os órgãos financiadores — Caixa Econômica Federal ou BNH — fica difícil programar suas aplicações em financiamentos, quando ninguém pode prever quantos e quais serão aprovados pelas autoridades econômicas federais e, depois, pelo Senado Federal.

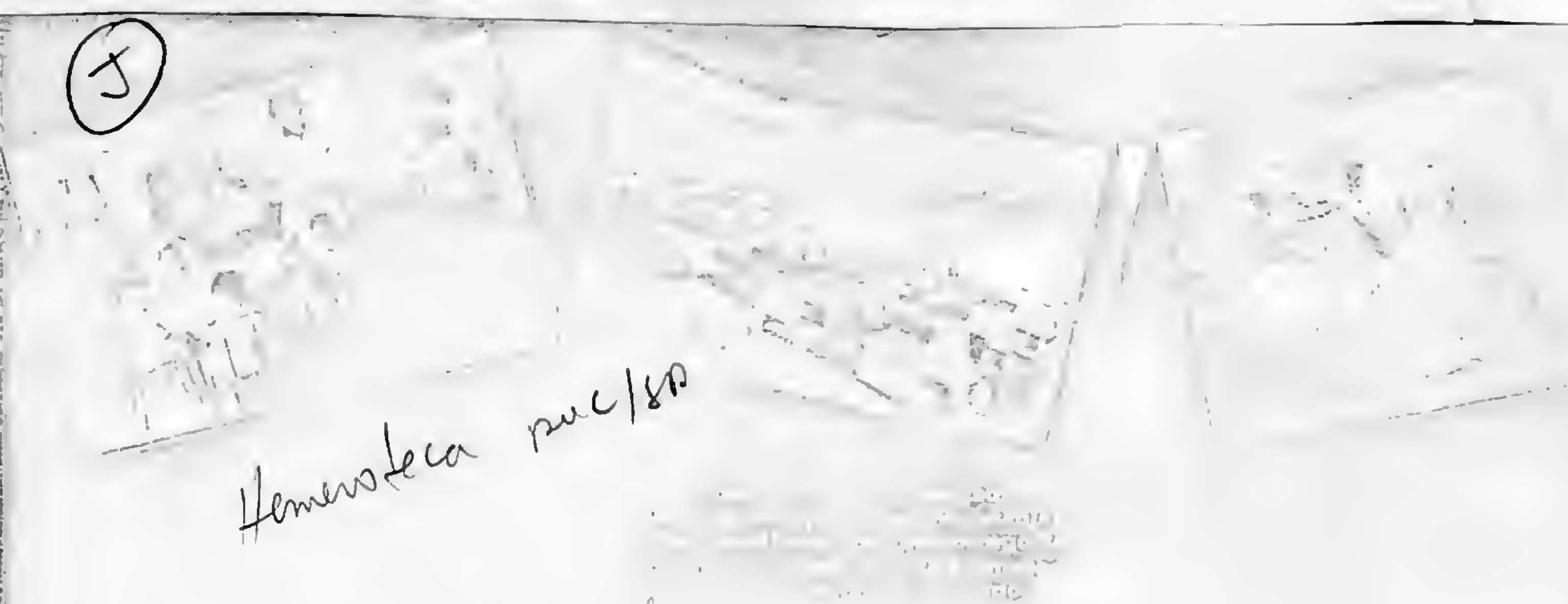
Os passos da burocracia

Para que se entenda a incrível burocracia que envolve a possibilidade de se obter um financiamento, Washington Martins explica — passo a passo — qual é o caminho que um projeto percorre até que se obtenha, por exemplo, um financiamento através do FAS:

1) Autorização do Legislativo Municipal — a autorização para obtenção de um empréstimo, de acordo com a Lei Orgânica dos Municípios, é de competência da Câmara Municipal. É um projeto de lei desse teor tem de passar, no mínimo, por três comissões: a de Justiça; a de Finanças e Orçamento; e uma terceira, ligada à área à qual se refere o financiamento. Por exemplo, a comissão de educação, no caso de um pedido de financiamento para a construção de uma escola; ou a comissão de saúde, no caso da construção de um posto de assistência médica. Segundo Washington Martins, é importante ressaltar que a tramitação na Câmara Municipal — em condições normais — demandaria cerca de 60 dias. Mas como hoje, na Câmara, está tramitando um número excessivo de projetos de lei do Executivo, essas aprovações demoram muito mais: acabam sendo feitas num espaço de 90 a 120 dias.

2) Proposta de financiamento — paralelamente à aprovação pelo Legislativo é desenvolvido o projeto básico do equipamento social no caso, o posto de assistência médica, o hospital, a escola ou a creche) e formalizada a proposta de financiamento à Caixa Econômica Federal, de acordo com um roteiro padrão da entidade financiadora. Aprovada a lei e elaborada a proposta de financiamento, a Prefeitura dirige-se oficialmente à Caixa Econômica Federal de Brasília pedindo o enquadramento da proposta nas normas do FAS. Essa fase toda leva, mais ou menos, 60 dias.

3) Análise inicial de empreendimento, feita pela Caixa Econômica Federal — a Caixa Econômica Federal de Brasília analisa o



O seu bairro precisa de uma creche, uma escola? Veja como a louca burocracia do governo dificulta a vida da cidade.

ESQUEMA DE APROVAÇÃO DE UM FINANCIAMENTO — FAS (prazo mínimo)

FASES	DIAS	30	60	90	120	150	180	210	240	270	300	330
Aprovação da Câmara Municipal		60										
Elaboração do projeto básico e do projeto de financiamento		60										
Análise inicial na Caixa Econômica Federal-CEF				30								
Aprovação nos Ministérios					15							
Aprovação no Grupo Técnico Executivo-GTE do IAS e na Diretoria da Caixa Econômica Federal						30						
Aprovação no Banco Central do Brasil e na Secretaria de Planejamento							60					
Aprovação no Conselho Monetário Nacional								30				
Tramitação na Presidência da República									15			
Aprovação no Senado Federal										60		
Assinatura do Contrato de Financiamento											30	

proposta, esta em conformidade com os padrões normais, se existem recursos para atender à solicitação. Essa fase leva, em geral, um mês.

4) Aprovação dos Ministérios — uma vez considerada viável, a proposta de financiamento é submetida à aprovação dos Ministérios competentes. No caso de um pedido de financiamento para a construção de postos de assistência médica ou hospitais e consultório do Ministério da Saúde. Tratando-se da construção de uma creche, são consultados dois Ministérios: o da Previdência e Assistência Social e o da Saúde. Em São Paulo, o processo executivo de um projeto leva, em geral, um mês. A

proposta, em alguns casos, já chegou a demorar 45 dias.

5) Aprovação do GTE (Grupo Técnico Executivo) do FAS e da diretoria da Caixa Econômica Federal — a proposta de financiamento volta à Caixa Econômica Federal, que a submete ao GTE do FAS, para a aprovação técnica do financiamento. Em seguida, o processo é encaminhado à diretoria da Caixa, que em reunião aprova as condições de financiamento — carência, prazo de amortização, juros e correção monetária. A aprovação do GTE e da diretoria da Caixa leva, em geral, de 30 dias.

6) Aprovação do Banco Central do Brasil — a Caixa Econômica Federal encaminha a

proposta ao Banco Central do Brasil. A Caixa encaminha a proposta para a aprovação final do Senado Federal. O processo é encaminhado ao Banco São Paulo, que analisa a operação, verificando se o município tem condições de assumir tal compromisso (mensalmente, a Prefeitura é obrigada a enviar ao Banco um relatório com todos os dados de sua dívida). Em seguida, o processo é enviado ao Banco Rio de Janeiro onde fica a administração central da dívida pública de Estados e municípios, que por sua vez consulta a Sarem — Secretaria de Articulação com Estados e Municípios. É um órgão da Secretaria do Planejamento da Presidência da República que — após dois meses de trabalho — emite o parecer final do Banco Central do Brasil.

7) Aprovação do Conselho Monetário Nacional — o Banco Central encaminha então o processo ao Conselho Monetário Nacional para sua aprovação. Em condições normais, ele é dada em cerca de um mês.

8) A mensagem do presidente da República ao Senado — o processo é enviado à Presidência da República, já que o assunto (enquadramento do município) é de competência do Senado Federal, mediante proposta do presidente da República. Essa tramitação leva, no máximo, 15 dias.

9) Aprovação do Senado Federal — a mensagem do presidente da República é lida em plenário e encaminhada à Comissão de Economia do Senado. Depois de aprovada, se a que para a Comissão de Justiça e, por último, é submetida à Comissão dos Municípios. São, portanto, verificados aspectos econômicos, legais e de planejamento municipal. A partir daí, o financiamento fica em condições de ser aprovado em plenário. Então, é expedida uma resolução autorizando o município a elevar sua dívida, mediante a contratação do financiamento. Essa fase pode levar de dois meses a dois anos.

10) Assinatura do contrato de financiamento — o processo, então, volta para a Caixa Econômica Federal (Brasília), que autoriza a regional de São Paulo da Caixa a elaborar a minuta do contrato de financiamento. Essa minuta é submetida à Prefeitura — ao Banco do Estado de São Paulo. Depois de aprovada, o contrato — finalmente — poderá ser celebrado. E toda essa fase final leva cerca de um mês.

Washington Martins explica ainda que todo esse caminho é válido para pedidos com valor não superior a 499.999 GRTN. Se for maior do que isso o financiamento deverá, ainda, passar por mais uma fase: precisará ser aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Social. E trata-se de algo demorado, já que esse Conselho reúne-se poucas vezes por ano.

Um exemplo concreto

Para dar uma idéia concreta dos problemas causados por toda essa burocracia, Washington Martins dá o exemplo de um pedido de financiamento apresentado à Caixa Econômica Federal em 22 de outubro de 1980, visando a construção de 20 creches. O contrato de financiamento correspondente só foi assinado em 31 de agosto de 82 — quase três anos depois.

A proposta surgiu em outubro de 80, quando o processo foi apresentado à Caixa Econômica Federal. Nessa ocasião, a aprovação de financiamento do FAS estava suspensa, por falta de recursos. Assim, o processo só foi analisado e aprovado pelo GTE do FAS em 6/07/81. A partir dessa data, o processo ficou na diretoria de aplicações financeiras, para ser incluído numa reunião da diretoria — o que só aconteceu em 30/08/81. Quase dois meses depois.

Em seguida, o processo foi submetido ao Banco Central, Secretaria de Planejamento e Conselho Monetário Nacional. Foi aprovado neste último em 20/11/81. Essas fases, portanto, levaram mais de dois meses.

Próximo passo: através de mensagem da Presidência da República, o processo foi submetido ao Senado Federal. E aí foi que o problema se complicou, pois só um ano e meio depois — em 25/04/82 — o Senado aprovou o processo. Em seguida, foi elaborada a minuta do contrato, submetida à Prefeitura e ao Banespa. A assinatura do contrato de financiamento foi feita, finalmente, em 31/08/82. Trinta e quatro meses após o começo do processo. E o que foi pior: depois de tanto tempo de espera, os recursos foram suficientes para a construção de apenas seis creches e não as 20 inicialmente previstas.

O problema, segundo o assessor-chefe da Secretaria das Finanças, é que até 1982 os contratos eram feitos em cruzes não corrigíveis. Foi só a partir desse ano que a Caixa Econômica Federal passou a contratar os empréstimos em GRTN. Assim, com esse processo começou em 1980, não teve seu valor original corrigido. A única saída foi reduzir o número de creches.

A solução

Para Washington Martins, tudo isso deveria ser simplificado. Ele acha "um absurdo" o fato de um município — mesmo que não tenha dívida alguma —, para obter um financiamento para a construção de creches, por exemplo, ter que se submeter a todas as aprovações da área econômica federal. Tudo seria mais fácil e mais rápido, segundo Washington Martins, se os municípios — uma vez que demonstrassem capacidade de assumir o compromisso financeiro — condições de crédito — fossem tratados como entidades privadas, e não como

O protesto em creches não convence prefeito

Apesar de terem reunido pelo menos 400 servidoras em frente ao gabinete do prefeito, ontem de manhã, para protestar contra o não atendimento da reivindicação de redução da jornada de trabalho de 40 para 36 horas semanais, as funcionárias das creches municipais não conseguiram convencer o prefeito Mário Covas a mudar de opinião.

Ele é contra essa redução, mas disse que ainda não recebeu os estudos que pediu à secretária da Família e Bem-Estar Social, Martha Godinho.

Diante da posição firme do prefeito de não atender as reivindicações, as servidoras decidiram, após um encontro bastante tenso, retomar suas atividades hoje, cumprindo as oito horas previstas em seus contratos. Mas garantiram que a luta por essa reivindicação deve prosseguir de outras formas. Nem mesmo promessa do prefeito de não punir as pessoas que participaram ontem da mobilização as funcionárias conseguiram. Covas disse a elas não considerar punição o pagamento apenas correspondente às horas trabalhadas, ou ainda o não pagamento, se isto estiver previsto na legislação. Alegando desconhecer o que determina a lei especificamente neste sentido, o prefeito entretanto disse que o que ela estabelecer será integralmente cumprido no caso das funcionárias.

Ao encontro com as funcionárias da creche estavam presentes o líder

do prefeito na Câmara, vereador Marcos Mendonça, a vereadora Lúsa Erundina, e o deputado petista Eduardo Jorge. Foi uma reunião muito agitada e Covas por vários momentos mostrou irritação. O prefeito alegou às funcionárias que não poderia atender o pedido, pois não era ele o patrão, mas a população da cidade: "Eu estaria prejudicando esta população se assim agisse".

Ainda segundo Covas, a redução seria uma verdadeira punição à cidade. Diante disso, as funcionárias das creches disseram que vão obter o maior número possível de assinaturas de apoio da população, principalmente das mães das crianças que se utilizam da creche. Mas o prefeito também lembrou que a prefeitura possui, além das 2.800 funcionárias operacionais de creche, outras 30 mil, "e eu não vou criar nenhum privilégio" — disse.

"Não quero" — continuou — "tratar nenhuma área de forma diferente das demais". Em relação à argumentação das funcionárias de que o benefício foi concedido às pajens, o prefeito alegou: "Não fui eu quem deu estes privilégios". A redução na jornada foi concedida na gestão do ex-prefeito Salim Curiati.

A secretária Marta Godinho não compareceu à prefeitura para participar do encontro das funcionárias com o prefeito. Segundo seus assessores, ela está "em repouso absoluto" por determinação médica devido a um princípio de pneumonia.

ICM: o computador de Sayad não perdoa nem creche.

Vera Cecília Dantas

J. F. A. de

6/6/84

Uma pequena oficina, com 16 costureiras que mensalmente produzem cerca de quatro mil uniformes profissionais, sustenta uma creche de 280 crianças carentes. Mas, se depender da Secretaria da Fazenda do Estado a creche poderá ser fechada ou no mínimo 50 crianças deixarão de ser atendidas. O problema é que o governo quer que a creche pague o ICM correspondente à comercialização dos uniformes e para receber o imposto já recorreu até mesmo à Justiça.

A oficina funciona há 11 anos nos fundos da creche Rio Pequeno e foi construída justamente para dar conta das crescentes despesas com as crianças. Com a produção dos uniformes para várias indústrias (Sadia, Frigobrás, Duratex, Bandeirantes, etc.) e uma empresa do Estado, a Sabesp, a creche fatura hoje mensalmente entre 7 e 8 milhões de cruzeiros e mantém as crianças. Não é o suficiente. O restante, para cobrir um gasto de aproximadamente 20 milhões de cruzeiros, vem de um convênio com a Prefeitura e de doações de particulares.

Como todas as entidades filantrópicas a creche que está instalada na avenida Rio Pequeno, 1.159, no Butantã nunca pagou impostos. A situação ameaçou mudar com o Decreto 17.727 de setembro de 81 que alterou o regulamento do ICM, retirando a isen-

ção de instituições de assistência social ou de educação que produzissem mercadorias sem finalidade lucrativa.

Imediatamente a vice-presidente da creche, Maria de Lourdes Almeida Silveira, juntamente com dirigentes de outras instituições de caridade atingidas pelo decreto foram conversar com o então secretário da Fazenda, Afonso Celso Pastore que reconsiderou o caso. Mas, na administração Montoro, um contador da creche, "por equívoco" acabou fazendo a declaração de ICM no final do ano passado. Foi a partir desse instante, segundo Lourdes Silveira que a creche começou a ser notificada. Somente nos meses de outubro, novembro e dezembro a creche deveria pagar cerca de três milhões de ICM ao governo do Estado.

A creche resolveu então apelar à Justiça. Entrou com um mandado de segurança contra a Secretaria da Fazenda e ganhou a liminar e a sentença em primeira instância. Mas, o governo do Estado recorreu e agora espera-se o julgamento do Tribunal de Justiça. A advogada da creche Sonia Correa da Silva Almeida Prado que está cuidando do processo considera o decreto do governo inconstitucional. Segundo ela, a Constituição Federal determina que as entidades assistenciais estão imunes a tributos e portanto o Estado não teria competência para exigir o pagamento de ICM dessas entidades.

A presidenta da creche, Blandina Meirelles cita um exemplo prático da situação

difícil da creche Rio Pequeno. Eles receberam para o mês de setembro uma encomenda da Sabesp no valor de 62 milhões de cruzeiros. Somente com o tecido deverão gastar 41 milhões e mais 600 mil cruzeiros com linha. Somando esses gastos com despesas dos funcionários da creche, de luz, e de água "é impossível pagar ICM e manter as crianças".

Tanto Blandina Meirelles como as funcionárias da creche, lembram que já expuseram numa carta toda a situação para o governador Franco Montoro e até pessoalmente para sua mulher, Lucy Montoro, que cuida da assistência social do Estado, sem êxito. "Parece que eles não se sensibilizaram até agora".

A creche Rio Pequeno funciona num terreno de 2.100 metros quadrados cedido em comodato pelo ex-governador Paulo Egydio Martins e abriga crianças de zero a 14 anos, a maioria filhos de mães faveladas que trabalham fora e ganham entre um e dois salários mínimos. As crianças de zero até sete anos passam o dia na creche e recebem café da manhã, almoço e lanche. As maiores, de sete a 14 anos, frequentam a creche após as aulas e recebem orientação escolar e lazer.

A preocupação com as crianças maiores é evitar que fiquem pelas ruas ou sozinhas

em casa enquanto suas mães trabalham. Além de alimentação todos têm direito a tratamento médico, dentário e remédios gratuitamente. No final de semana a creche oferece para os pais orientação familiar, apresenta filmes educativos e traz especialistas para palestras de educação.

Para todas essas atividades a creche conta com 45 funcionários, incluindo as 16 costureiras que trabalham na oficina em período integral durante a semana. "Precisamos manter de qualquer maneira a oficina para ajudar essas crianças carentes. Não somos uma indústria profissional, não temos lucros", comenta a presidenta da creche. Ela mostra o problema que enfrenta. "Todo o mês temos de 30 a 40 pedidos de crianças para serem inscritas na creche. Ficamos aflitos porque não temos condições de recebê-las, sabemos que elas precisam." A creche está numa região que de acordo com o último recenseamento abriga mais de 70 favelas.

A Secretaria da Fazenda não quer "perseguir" os pequenos, segundo o assessor de imprensa Carlos Alberto Sardemberg, que acredita que o problema da creche do Rio Pequeno foi declarar o ICM. "A partir desse instante o computador registrou e cobrou." Disse que agora somente a Justiça poderá resolver o caso.

Make Room for Baby

Corporate nannies watch youngsters for parents on the job

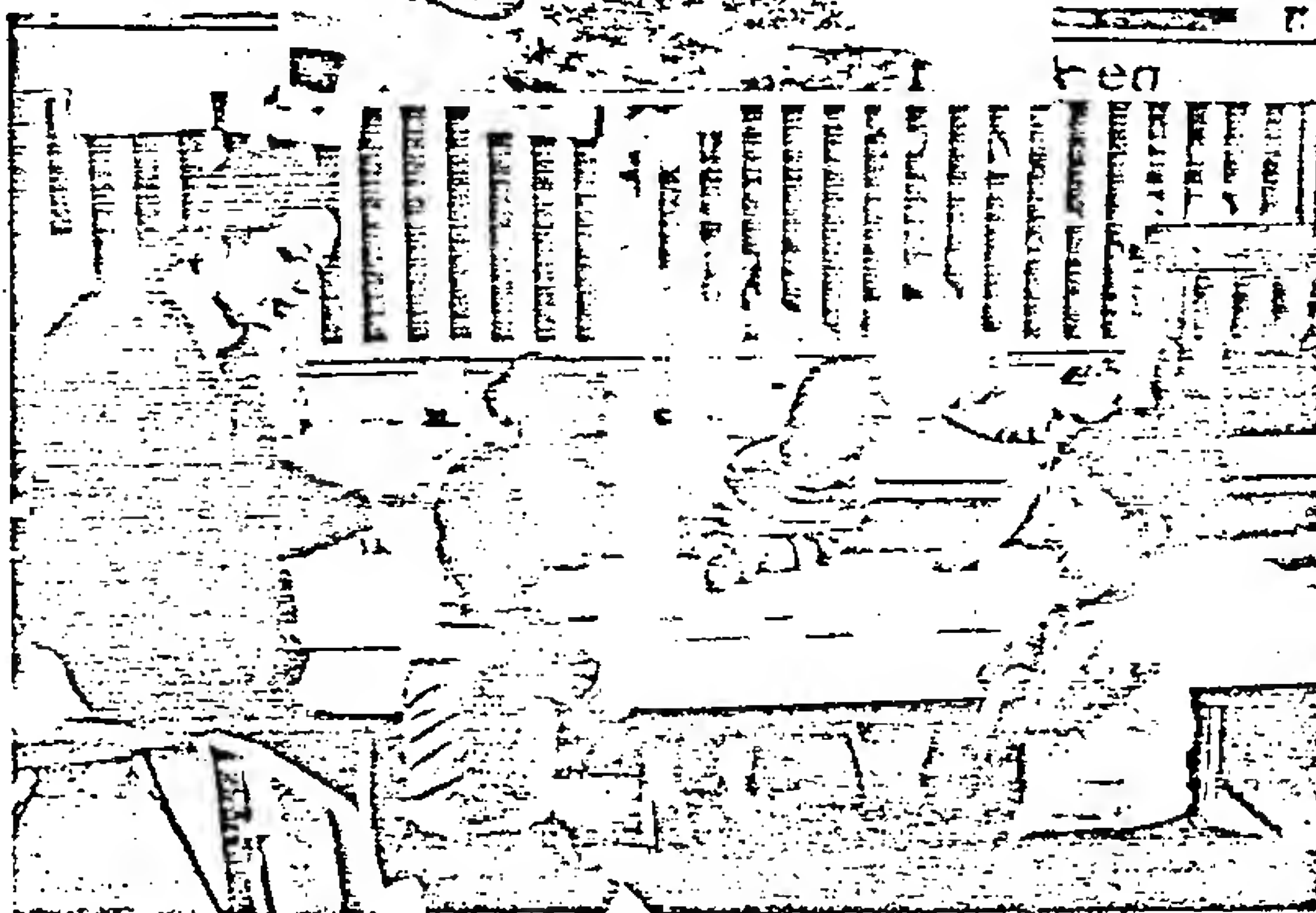
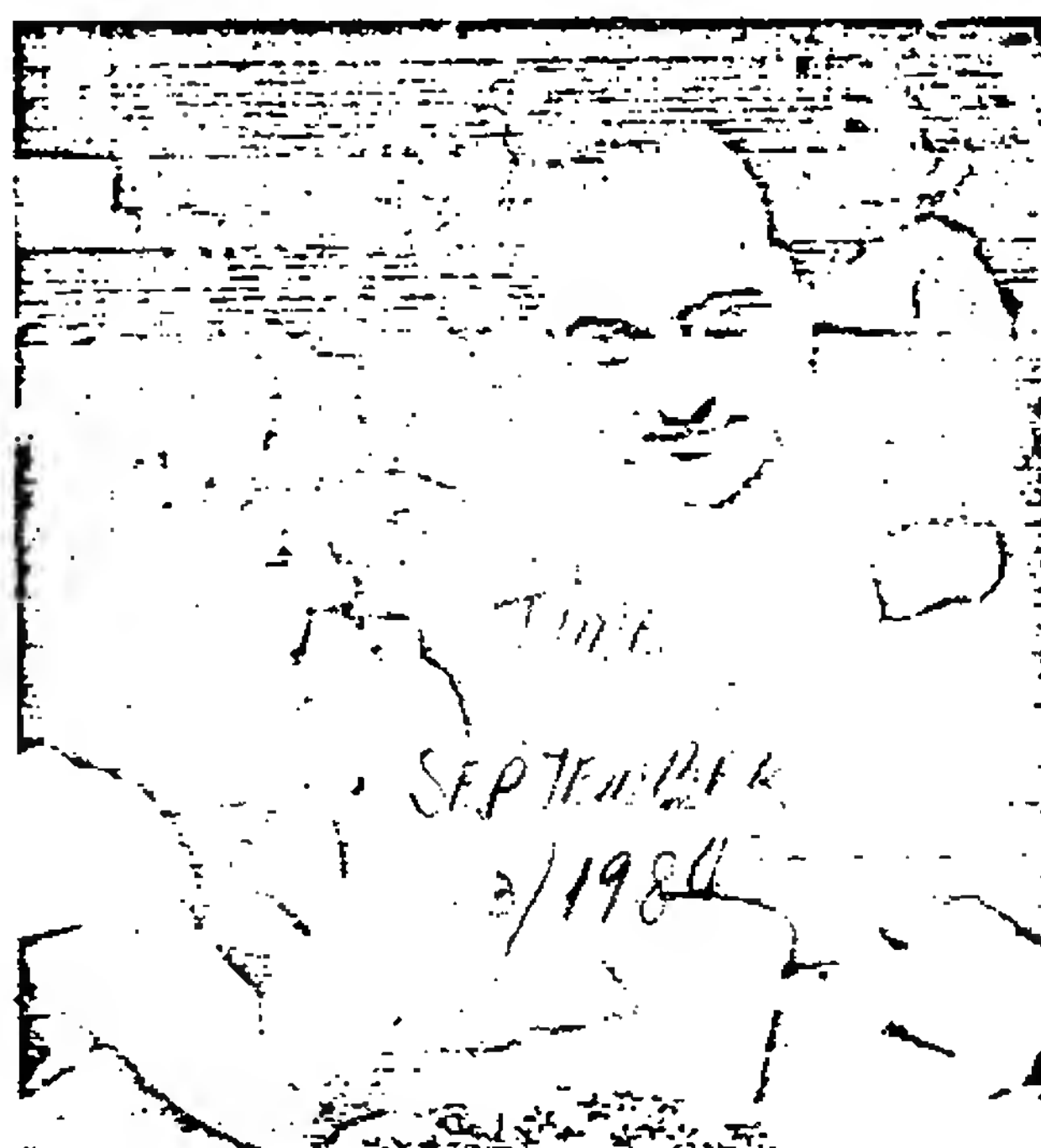
Though Pamela Cortez returned to her secretarial job shortly after giving birth to Daughter Kimberly, her thoughts stayed at home. As a result, her work suffered. Recalls Cortez: "I went through several baby-sitters trying to find a good one. I worried during the workday and found my mind drifting to my child." But now Cortez finds it much easier to concentrate on her job. Each weekday morning Kimberly, 2, rises at 6:30 and accompanies her mother as she drives to work at Wang Laboratories in Lowell, Mass. Near by, in a former grade school leased by Wang, the toddler spends the day learning, playing and napping with 215 other youngsters. Says her mother: "I feel very comforted. Kimberly already knows her ABCs, she sings songs and she's very sociable." Mother and daughter even meet every day at lunchtime.

The Cortez family is taking part in one of the costliest and most studied corporate benefits to emerge in the past few years: child care. Says Dana Friedman, senior research fellow at the Work & Family Information Center, "Corporate-sponsored day care is this decade's hottest new employee perquisite." An estimated 1,000 companies now provide child-care assistance to parents, double the number of two years ago. The need springs from such major social changes as the increase in single parents and the continuing movement of women into the work force. In 1970, two-thirds of U.S. women with preschool-age children stayed at home to watch over them. Today only half do so, according to a report by the Washington-based Bureau of National Affairs. Good professional supervision for children, though, is often hard to find, and the possibility of child abuse is a growing concern. Working parents horrified by a series of sex scandals in day care centers around the country, the most recent involving dozens of children in New York City, prefer company-run programs close to the office, where mothers and fathers can drop by during the day. Indeed, companies that do not provide such facilities can have trouble attracting and keeping talented employees.

Among the first institutions to offer in-house day care were hospitals, which adopted it to help alleviate the nurse shortage. Many other types of firms are following the example. Zale, the jewelry-store chain, last April opened a modernistic, low-slung \$300,000 center at its Irving, Texas, headquarters in which a staff

of eleven oversees up to 85 children from six weeks to six years of age. At the Matthews, N.C., headquarters of PCA International, an operator of portrait galleries, about 120 children attend a center that costs the company more than \$130,000 a year to operate.

Some firms bill their employees for the full cost of day care, but others charge so much less than privately run centers that it constitutes a major bargain. Intermedics, a heart-pacemaker manufacturer in Freeport, Texas, for example, charges



A father and daughter at Stride Rite, top; teaching tots at First Atlanta
Field trips, movies and a show-and-tell visit from a police helicopter.

its employees \$25 a week per child. At its day care centers in Boston and Cambridge, the Stride Rite shoe company bills workers a maximum of \$50 a week.

From a youngster's point of view, going to work with Mom or Dad often beats staying home with a baby-sitter. Children at the First Atlanta banking company's Learning Center take field trips to such places as a dairy farm or an amusement park and go to the movies. Last Christmas a corporate Santa Claus arrived and handed out presents to the youngsters.

One child's father, a local law-enforcement officer, arranged for a police helicopter to land in the parking lot for a show-and-tell session.

Despite successes like First Atlanta's, the majority of companies still believe that in-house day care is unnecessary or too expensive. Says Tricia Fox, founder of Fox Day Schools in the Chicago area: "On-site day care is terribly costly. For most companies, it is tantamount to taking on a whole new business." A group of Burbank, Calif., businesses, including Columbia Pictures and Lockheed, have pooled their money to turn a vacant grade school into a cooperative day care center that will open in October. Honeywell, the Minneapolis electronics firm, is experimenting with alternative benefits like flexible work hours to make it easier for parents to tend to their children. Another option offered by such companies as American Express, International Paper and Phillip Morris is a free referral service to help employees find a day care center in the community.

Some companies, though, resist any kind of involvement in day care. Firms in industries, including oil, auto and steel, with low numbers of female workers are inclined to reject the role of corporate nanny. Says Kathleen McDonald, director of employee relations at Exxon, which offers no child-care services: "Managers often oppose it because they see it linked to the women's liberation issue."

Nonetheless, the companies with day care centers consider their programs to be smart investments, not paternalistic handouts. "We feel that every dollar spent on day care is worth two dollars in benefits to the company," says Joan Narron, director of PCA's Child Development Center. When workers have a reliable place to take their children, they are less likely to be absent from work and experience a lower amount of stress.

After pregnancy, says Susan Doctors, personnel manager of the publishing firm Official Airline Guides, "women return to work sooner and happier than they would if they had to drop their baby at a center far from the workplace."

The growing number of fathers who take advantage of corporate day care find that they develop a closer bond with their children. Says Marketing Communications Manager Marc Sacher, who takes his daughter Melanie, 5, to work each morning at Connecticut General Life Insurance: "There are precious moments in the day that I don't have to miss because she's far away."

—By Stephen Koepp. Reported by Joyce Leviton/Atlanta and Thomas McCarroll/New York

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *Grêmio Pioneiro*

Pasta n.º

Data: *06/11/84*

N.º do recorte

Pág.

No Butantã, comunidade debate Educação.

Neste domingo, durante oito horas apenas separadas por um rápido lanche, os moradores do Butantã estão convidados a participar de um debate que os envolve diretamente: a educação, seus problemas e a participação da comunidade. O I Encontro de Educação do Butantã será realizado na escola Desembargador Amorim Lima, à rua Prof. Vicente Peixoto, s/n.º - Vila Indiana, começando às 8 da manhã e encerrando às 17 horas com um painel final.

O grupo denominado Comissão de Educação - que em julho encaminhou relatório do setor ao prefeito Mário Covas - realizou uma reunião preparatória do encontro na última segunda-feira. Os dezenove integrantes do grupo representam associações de moradores de bairros e favelas, assessoria da Administração Regional do Butantã, da Secretaria Municipal de Educação, diretoras de escolas, professoras, membros de associações de pais e mestres. Lúcia Benjamim, assessora do administrador Ary Simonetto Pereira, da Regional do Butantã, explicou que estavam fazendo um balanço dos preparativos. Ela conta que o item Educação estava entre os seis temas levantados depois da



Preparando o Encontro.

prestação de contas públicas, feitas pelo administrador regional em maio. Habitação, saúde, transporte, trânsito e cultura foram os outros temas que geraram novas comissões, além da de educação.

O encontro, no qual a comissão espera reunir cerca de 300 pessoas, pretende levantar sugestões para os problemas mais aflitivos da comunidade e das escolas em relação à questão educacional.

"O que a comunidade realmente espera da escola" é o que José Damásio de Souza - da APM da Escola João XXIII e da Comissão de Moradores do Bairro de mesmo nome - espera obter do encontro. Eles também crêem que debates como esse auxiliem no processo de conscientização dos pais em relação aos problemas das escolas e as próprias diretoras esperam levantar mais informações a respeito da demanda e do verdadeiro déficit de escolas na Região.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *Diário da Manhã*

Data:/...../.....

Pág.

Pasta n.º

N.º do recorte.....

PROBLEMA DO MENOR ABANDONADO DISCUTIDO
ENTRE DONA LUCY MONTORO E JORNALISTAS

A problemática da recuperação do menor abandonado foi um dos principais assuntos debatidos na última semana entre dona Lucy Montoro e representantes de jornais de bairro representados por O. Donnini, seu presidente, que se reuniram na sede do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo (Fusesp), presidido pela esposa do governador.

A reunião teve início com a apresentação de um audiovisual, onde foram mostrados os princípios básicos do Fusesp, que abrangem desde a criação de hortas comunitárias, atendimento nas creches e nos Centros de Convivência Infantil até a manutenção de cursos profissionalizantes e outros destinados a aumentar a renda familiar, através dos lucros obtidos com a venda dos artefatos produzidos.

Segundo dona Lucy Montoro, o incentivo ao desenvolvimento do trabalho comunitário faz parte da diretriz da atual administração, cuja ênfase não consiste no mero assistencialismo, mas na realização de atividades promocionais. Os resultados desse plano de ação constituem a garantia de um futuro melhor para a população, através da utilização de métodos educacionais apropriados.

